



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO

PGDF

PROCURADOR

2º Simulado Especial

2º Simulado Procurador da PGDF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso Procurador da PGDF;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PGDF-Procurador-04-07-20>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

Analise as proposições a seguir a luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- 01.** Em razão do princípio da liberdade de trabalho, contido no art. 5º, XIII, da CF/88, não se aplica ao motorista profissional a pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor prevista no Código de Trânsito Brasileiro como sanção para o crime de homicídio culposo no trânsito.
- 02.** Ainda que alegue riscos a ordem e à segurança, o Estado tem a obrigação de assegurar a oferta de banho quente a detentos do sistema prisional, notadamente ante a aplicação do princípio da reserva do impossível.
- 03.** Por ser uma decisão política, somente os legitimados no art. 103 da Constituição Federal ou, por simetria, os que previstos em constituição estadual, podem propor ações diretas de inconstitucionalidade e interpor recursos em face das suas decisões.
- 04.** Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, a União poderá atuar ao lado de Estados na definição de limites de transporte intermunicipal.
- 05.** De acordo com a jurisprudência do STF, Constituição estadual não fere a autonomia municipal ao dispor sobre o Tribunal de Contas do Município.
- 06.** O CNJ possui legitimidade universal para propositura da revisão disciplinar de magistrados, a qual pode ser instaurada por provocação de terceiros e até mesmo de ofício e pode, ainda, agravar a pena originalmente imposta.
- 07.** Verbas públicas destinadas a educação, uma vez repassadas a unidade executora pertencente a iniciativa privada, podem ser objeto de bloqueio ou penhora judicial para quitação de seus débitos.

- 08.** A Procuradoria-Geral do Estado não possui competência para controlar os serviços jurídicos de sociedades de economia mista e empresas públicas estaduais, inclusive a sua representação judicial.
- 09.** Segundo a jurisprudência do STF, o investigado é obrigado a comparecer perante CPI quando convocado, ainda que possa optar por permanecer em silêncio, não respondendo a perguntas que lhe sejam dirigidas.
- 10.** Segundo a jurisprudência do STF, a proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência.
- 11.** Segundo a jurisprudência do STF, a ausência de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial.
- 12.** Segundo a jurisprudência do STF, as ações judiciais que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão necessariamente ser propostas em face da União.
- 13.** Segundo a jurisprudência do STF, a teoria do adimplemento substancial não tem incidência nos vínculos jurídicos familiares, revelando-se inadequada para solver controvérsias relacionadas a obrigações de natureza alimentar.
- 14.** Segundo a jurisprudência do STF, são constitucionais as leis que obrigam supermercados ou similares a prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras, por tratarem de direito do consumidor.
- 15.** Segundo a jurisprudência do STF, em razão do princípio da unicidade da representação judicial, toda atuação técnico-jurídica de autarquias deve ser exercida pela Procuradoria do Estado.

- 16.** O princípio constitucional da vedação a proteção deficiente consiste na vedação ao Estado de descriminalizar ou atenuar a tutela penal de certas condutas ofensivas a direitos fundamentais.
- 17.** O princípio constitucional da proibição do excesso consiste em critério hermenêutico pelo qual o intérprete, quanto ao tema de igualdade de tratamento nos direitos sociais, deve manter um trajeto gradualista, sempre ascendente em busca de maior igualdade, de forma a evitar recuos históricos na proteção destes direitos.
- 18.** Conforme a Constituição Federal de 1988, não se admitirá outras diferenciações, além das já previstas no texto constitucional, entre brasileiros e estrangeiros quanto à investidura em cargos, empregos e funções públicas.
- 19.** Segundo a Constituição Federal, o servidor estável de quaisquer dos poderes que perder o cargo, mediante ato normativo do chefe do poder executivo, para adequação dos gastos do ente público aos limites de despesas de pessoal previsto em lei complementar fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
- 20.** Segundo a Constituição Federal, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, sendo um dos seus princípios o tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.
- 21.** Segundo a Constituição Federal, é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- 22.** Segundo a jurisprudência do STF, Governador de Estado tem legitimidade ativa para ajuizar mandado de segurança contra ato praticado no curso de processo legislativo que viola normas constitucionais.

23. Segundo a Jurisprudência do STF, o parlamentar possui legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança contra ato atentatório a prerrogativa do parlamento, uma vez que exerce parcela de poder do próprio órgão que integra.

24. As propriedades rurais do pequeno produtor rural não são suscetíveis de desapropriação.

25. A pequena propriedade rural não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

26. João Pedro acabou montando um fábrica de carrinhos de rolimã onde o sucesso é tanto que seu produto é vendido pelas principais lojas de brinquedos do país. No momento que seus carrinhos saem da fábrica há o recolhimento do IPI e do ICMS em razão da transação estabelecida e também da cadeia comercial que irá acontecer até o produto chegar nas mãos do consumidor final. Diante disso, é possível dizer que a fábrica de João Pedro é responsável tributário por substituição para frente (progressiva) daqueles tributos, cujo recolhimento se deu antes mesmo dos carrinhos passarem a ser vendidos no varejo.

27. A concessão de medida liminar é causa de suspensão da obrigação tributária prevista na legislação, bem como a concessão de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial.

28. Determinada indústria automobilística resolveu expandir suas atividades, deixou de apenas produzir veículos automotores e passou também a fazer transformações consistentes em alterar veículos de passeio transformando-os em carros esportivos para corridas de ruas (rachas), devidamente autorizadas. Todavia, tal indústria só realiza esse tipo de transformação nos veículos produzidos por ela e que já foram vendidos e isto só acontece a pedido dos clientes que os compraram. Sobre esta atividade industrial de transformação de veículos não há incidência de IPI.

- 29.** Aquele que detém imunidade tributária se submete a fiscalização tributária, fiscalização esta que se aplica até mesmo para os depósitos bancários as aplicações financeiras, não havendo necessidade de autorização judicial para quebra do sigilo bancário desde que exista processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.
- 30.** Havendo renúncia translativa sobre herança o ITCMD acabará incidindo duas vezes.
- 31.** A empresa Beta Alfa S/A, sediada no Distrito Federal, iniciou processo de falência em novembro de 2018, o qual desde então está tramitando na Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal. Acontece que, em razão da sua impossibilidade financeira, Beta Alfa S/A não vem arcando com o pagamento dos tributos e chegou haver inscrição em dívida ativa do IPTU lançado sobre todos seus imóveis em dezembro de 2018. Diante disso, você como procurador do Distrito Federal deverá distribuir a competente execução fiscal sobre os IPTU's que foram lançados após início do processo de falência justamente na vara onde este tramita em razão do juízo da falência ser indivisível e competente para conhecer de todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido.
- 32.** O Tribunal de Contas do Distrito Federal tomou decisão que imputou a empresa gafanhotos S/A, ex contratada do DF, multa pecuniária. De acordo com o art. 71, § 3º da Constituição Federal, decisão dos tribunais de contas que dão ensejo a multa esta possuirá natureza de título executivo. A partir disso, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é desnecessário a inscrição de tal débito em dívida ativa e sua cobrança deve ser feita pelo rito do Código de Processo Civil e não pela lei de execuções fiscais.
- 33.** Determinada indústria automobilística resolveu expandir suas atividades, deixou de apenas produzir veículos automotores e passou também a fazer transformações consistentes em alterar veículos de passeio transformando-os em carros esportivos para corridas de ruas (rachas), devidamente autorizadas. Todavia, tal indústria só realiza esse tipo de transformação nos veículos produzidos por ela e que já foram vendidos e isto só acontece a pedido dos clientes que os adquiriram. Sobre esta atividade industrial de transformação de veículos não há incidência de IPI.
- 34.** Para o Supremo Tribunal Federal, o particular arrendatário do imóvel público é possuidor, mas não é contribuinte do IPTU pela falta de *animus domini*.
- 35.** Por conta do covid-19 o Distrito Federal desde março de 2020 isentou alguns insumos hospitalares ligados ao combate do Coronavírus do pagamento de ICMS. Todavia, diante do controle da pandemia, o governo distrital pretende revogar tal isenção e daí restabelecer o pagamento do ICMS. Acontece que a revogação dessa isenção, por restabelecer uma obrigação tributária, equipara-se a criação de tributo para fins do princípio da anterioridade. Assim sendo, segundo posicionamento atual do Supremo Tribunal Federal, haverá incidência do princípio da anterioridade anual e sua revogação poderá acontecer imediatamente, só que sua vigência terá que ocorrer a partir de 1º de janeiro de 2021.
- 36.** No que diz respeito ao princípio da anterioridade e também aos tributos que se submetem a ela, no caso das medidas provisórias que aumentem ou majorem tributos no geral o termo inicial do prazo da anterioridade anual é a edição da própria medida provisória. Já quando o objeto da medida provisória foi a criação ou majoração de impostos o termo inicial da anterioridade anual é o da conversão em lei da medida provisória. Já o princípio da anterioridade nonagesimal, em qualquer dos casos, o termo inicial do prazo acontece a partir da edição da medida provisória.

- 37.** Não é aplicável o regime de precatórios às sociedades de economia mista.
- 38.** Quando decorrentes de operações de antecipação de receita orçamentária, as entradas de valores que integram o orçamento não geram, em contrapartida, lançamento no passivo
- 39.** A imunidade recíproca não beneficia sociedade de economia mista que presta serviços remunerados mediante tarifa.
- 40.** É lícito ao comerciante de boa-fé aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, quando demonstrada a veracidade da compra e venda.
- 41.** A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante, para a verificação da existência do beneplácito constitucional, a repercussão econômica do tributo envolvido.
- 42.** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, os Estados podem legislar sobre fixação de índice de correção monetária próprio e não se limitam ao índice adotado pela União em razão da autonomia que cada ente federativo detém.
- 43.** Para o Superior Tribunal de Justiça, o Mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária em razão da necessidade de dilação probatória que comprove a existência dos requisitos necessários para tanto já que a compensação extingue o crédito tributário em definitivo, sendo então necessário exaurimento probatório.
- 44.** Nos casos em que o processo movido pelo sujeito passivo é extinto sem resolução do mérito, o Superior Tribunal de Justiça entende no sentido de que o depósito eventualmente realizado também deve ser convertido em renda em favor do credor, salvo se a extinção se deu em razão da ilegitimidade passiva.
- 45.** Ricardo Toque é proprietário de um petshop no Distrito Federal e anda acumulando diversas dívidas. Em junho de 2020 informou ao fisco que o total de ICMS devido pelos fatos geradores ocorridos naquele mês é no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Acontece que, em razão da crise financeira em que está vivendo, não conseguiu recolher o total que ele entendia devido, mas apenas R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais). Todavia, o fisco descobriu, sem que tivesse ocorrido fraude, dolo ou simulação, mas apenas um equívoco contábil, que o ICMS devido é na verdade R\$ 32.000,00 e não aquele inicialmente declarado por Ricardo. Sendo assim, o prazo decadencial de 5 anos para lançamento da diferença que não foi declarada por Ricardo Toque terá seu início no primeiro dia do exercício seguinte em que o lançamento poderia ter sido efetuado que no nosso exemplo será 1º de janeiro de 2021.
- 46.** Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- 47.** De acordo com Código Tributário Nacional, a restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la. A expressão transferência do respectivo encargo financeiro, segundo posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, é a transferência jurídica e não a transferência econômica.
- 48.** Em atenção ao princípio da Supremacia do interesse público, havendo dúvida quanto à capitulação legal do fato, a interpretação da legislação tributária que define infrações será feita de forma mais favorável à administração tributária.

49. Para o Superior Tribunal de Justiça, aquele que dentro de um regime matrimonial onde metade do patrimônio do casal lhe pertence, em razão do regime de comunhão parcial adotado, não responde pelo ilícito tributário praticado exclusivamente pelo outro que é o detentor da outra metade daquele patrimônio matrimonial.

50. Para o Supremo Tribunal Federal, a multa tem natureza confiscatória quando for igual ou superior ao valor da obrigação principal.

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Vanessa Arns

51. De acordo com o princípio do orçamento bruto, as receitas e despesas públicas devem constar da lei orçamentária, de forma a possibilitar que nela se incluam apenas saldos positivos ou negativos resultantes do confronto entre as receitas e as despesas de determinado serviço público.

52. Compete privativamente ao Presidente da República enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição

53. A concessão de incentivos fiscais e medidas desonerativas por parte do poder legislativo são bastante comuns no país, podendo causar um desequilíbrio orçamentário. Não existem, no entanto, requisitos para a ocorrência da renúncia de receitas, como os descritos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

54. A efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação faz parte da responsabilidade na gestão fiscal, e não apenas os dispêndios.

55. É crime de responsabilidade ato do Presidente da República que atente contra a lei orçamentária.

56. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, mas é o Poder executivo que elabora o seu orçamento.

57. Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

58. Após o encaminhamento da proposta consolidada, ela é apreciada pelo **Poder Legislativo, que no caso da união acontece em análise conjunta das duas casas do congresso nacional.**

59. Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

60. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

61. Despesas de capital são, geralmente, aquelas atreladas à ideia de investimento. Encontramos no PPA, portanto, aquelas despesas voltadas ao investimento, sendo que desses surgem outras despesas, chamadas despesas correntes, para manutenção da máquina pública.

62. O Plano Plurianual coincide com os quatro anos de legislatura do Presidente da República.

63. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

64. A LDO busca modificar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual.

65. Não haverá recesso sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias

66. A Lei de Responsabilidade Fiscal retirou competências da Lei de Diretrizes Orçamentárias

67. A Lei de Responsabilidade Fiscal determinou que a Lei de Diretrizes orçamentárias contivesse dois anexos.

68. Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

69. A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

70. Art. 165 § 5º A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

71. Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, julgue a assertiva a seguir:

A União não poderá inscrever o Município no cadastro de inadimplentes em razão de irregularidades praticadas na gestão anterior quando, o gestor atual tenha tomado providências para reparação dos danos.

72. Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, julgue a assertiva a seguir:

Não há nulidade quando a União inscreve o Estado inadimplente em cadastro restritivo de forma unilateral e sem a manifestação prévia do ente estadual.

73. Com relação ao princípio da publicidade, julgue o item a seguir.

Qualquer interessado pode requerer informações por qualquer meio idôneo, devendo o pedido conter apenas a identificação do requerente, a especificação da informação e o motivo da solicitação.

74. Com relação aos critérios de definição do conceito de Direito Administrativo, julgue o item que segue.

De acordo com o critério negativista ou residual, o direito administrativo é um conjunto de normas que regem as relações entre a administração e os administrados.

75. Com relação aos consórcios públicos, julgue a assertiva a seguir

Os entes consorciados somente entregam recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

76. Com relação aos consórcios públicos, julgue a assertiva a seguir

Os consórcios públicos de Direito Público devem obedecer à necessidade de licitação para contratação de pessoal, que será regido pelo regime estatutário.

77. De acordo com a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.

É vedada a deslegalização no âmbito das agências reguladoras, que consiste na autorização conferida pela lei para que estes entes completem a lei estabelecendo direitos e obrigações.

78. No que diz respeito ao terceiro setor e às entidades paraestatais, julgue o próximo item.

As organizações religiosas não podem ser consideradas organizações da sociedade civil, sendo vedada a celebração de parcerias do ente público com essas organizações.

79. No que diz respeito aos poderes da Administração Pública, julgue o item a seguir.

Decorre do poder hierárquico a possibilidade de editar atos ordinatórios, que possuem a finalidade de organizar internamente as repartições públicas e os serviços administrativos.

80. Quanto aos atos administrativos e as principais classificações propostas pela doutrina, julgue o item a seguir

A concessão de aposentadoria ao servidor público é um ato administrativo complexo e o Tribunal de Contas possui o prazo de 05 (cinco) anos para apreciar a concessão inicial do benefício para fins de registro, sob pena de haver o registro automático.

81. Considere a seguinte situação. O Estado Alfa celebrou contrato de limpeza com uma empresa do setor privado para prestação do serviço em um hospital estadual. O contrato possuía o prazo inicial de 12 meses, mas sofreu sucessivas prorrogações e possui, na atual data, 59 meses de vigência. Com a iminência do termo final da última prorrogação, que se dará aos 60 meses de contrato, a Administração lançou edital de licitação para realizar nova contratação, porém, o edital foi suspenso pelo Tribunal de Contas. Considerando que os 60 meses de contrato foram esgotados, julgue o próximo item

As prorrogações realizadas pelo Poder Público são nulas, tendo em vista que o prazo do contrato administrativo deve coincidir com a vigência dos respectivos créditos orçamentários, que é de, no máximo, um ano.

82. Considere a seguinte situação. O Estado Alfa celebrou contrato de limpeza com uma empresa do setor privado para prestação do serviço em um hospital estadual. O contrato possuía o prazo inicial de 12 meses, mas sofreu sucessivas prorrogações e possui, na

atual data, 59 meses de vigência. Com a iminência do termo final da última prorrogação, que se dará aos 60 meses de contrato, a Administração lançou edital de licitação para realizar nova contratação, porém, o edital foi suspenso pelo Tribunal de Contas. Considerando que os 60 meses de contrato foram esgotados, julgue o próximo item

O Estado pode prorrogar, excepcionalmente, o contrato por mais 12 meses, desde que haja autorização da autoridade superior.

83. Considere a seguinte situação. O Estado Alfa celebrou contrato de limpeza com uma empresa do setor privado para prestação do serviço em um hospital estadual. O contrato possuía o prazo inicial de 12 meses, mas sofreu sucessivas prorrogações e possui, na atual data, 59 meses de vigência. Com a iminência do termo final da última prorrogação, que se dará aos 60 meses de contrato, a Administração lançou edital de licitação para realizar nova contratação, porém, o edital foi suspenso pelo Tribunal de Contas. Considerando que os 60 meses de contrato foram esgotados, julgue o próximo item

Mesmo sem previsão no edital e em cláusula contratual, seria possível à empresa contratada exigir o reajuste do valor da sua remuneração, tendo em vista que se trata de instrumento para o reequilíbrio econômico-financeiro que objetiva a recomposição do valor da moeda diante das perdas inflacionárias.

84. Considere a seguinte situação. O Estado Alfa celebrou contrato de limpeza com uma empresa do setor privado para prestação do serviço em um hospital estadual. O contrato possuía o prazo inicial de 12 meses, mas sofreu sucessivas prorrogações e possui, na atual data, 59 meses de vigência. Com a iminência do termo final da última prorrogação, que se dará aos 60 meses de contrato, a Administração lançou edital de licitação para realizar nova contratação, porém, o edital foi suspenso pelo Tribunal de Contas. Considerando que os 60 meses de contrato foram esgotados, julgue o próximo item

Os contratos administrativos, em regra, somente poderão ser reajustados após 01 (um) ano contado do início da sua vigência.

85. Com relação ao princípio da continuidade do serviço público e a possibilidade de sua interrupção, julgue a assertiva a seguir

A interrupção do serviço na hipótese de inadimplemento do usuário não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.

86. Com relação ao princípio da continuidade do serviço e o Direito de greve dos servidores públicos, julgue a assertiva a seguir

Embora não haja lei regulamentando o art. 37, VII, CF, o STF reconheceu o direito de greve de todos os servidores públicos civis, sendo expressamente vedado o direito de greve dos servidores públicos militares pela Constituição Federal.

87. Com relação ao princípio da continuidade do serviço e o Direito de greve dos servidores públicos, julgue a assertiva a seguir

Em caso de greve dos servidores públicos, o Poder Público deverá descontar os dias de paralisação dos servidores grevistas, seja qual for o motivo da greve, tendo em vista que há suspensão do vínculo funcional no período.

88. Sobre o ingresso dos servidores públicos na Administração Pública, é correto afirmar que:

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas indicado no edital tem direito subjetivo a ser nomeado, ainda que, após a publicação do edital, aconteça um fato superveniente não previsto pela administração pública.

89. Sobre o ingresso dos servidores públicos na Administração Pública, é correto afirmar que:

Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização pode ser remarcado independentemente da existência de previsão expressa no edital do concurso.

90. Acerca da lei de improbidade administrativa (lei 8.429/92), julgue a assertiva a seguir

As ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa de que trata a lei 8.429/92 admitem a celebração de acordo de não persecução cível.

91. Alfredo, delegado de polícia do Estado Alfa, em uma operação policial e diante de disparos de arma de fogo efetuados pelos suspeitos, reage disparando contra estes em legítima defesa. Ocorre que, um dos disparos efetuados por Alfredo acaba por atingir Joana, uma civil que estava próxima ao local, que sofre graves lesões. Diante desta situação e, acerca da responsabilidade civil do Estado e do agente público, responda.

Não há responsabilidade civil do Estado, tendo em vista que Alfredo agiu amparado por causa excludente de ilicitude.

92. Alfredo, delegado de polícia do Estado Alfa, em uma operação policial e diante de disparos de arma de fogo efetuados pelos suspeitos, reage disparando contra estes em legítima defesa. Ocorre que, um dos disparos efetuados por Alfredo acaba por atingir Joana, uma civil que estava próxima ao local, que sofre graves lesões. Diante desta situação e, acerca da responsabilidade civil do Estado e do agente público, responda.

O prazo prescricional para que Joana proponha ação de reparação em face do Estado é de três anos, a teor do art. 206, § 3º, V, CC.

93. Em relação aos bens públicos, julgue a assertiva a seguir

Na concessão de direito real de uso, o Ente Público concede ao particular o direito real resolúvel de uso de terreno público em que não existem benfeitorias ou acessões ou sobre o espaço aéreo, para que este dê uma finalidade social ao bem, restando extinta a concessão se o particular conferir ao bem finalidade diversa àquelas previstas em lei.

94. Em relação aos bens públicos, julgue a assertiva a seguir

Terrenos de marinha são as áreas que, banhadas pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 metros para a parte de terra, contados desde o ponto médio das enchentes ordinárias.

95. Relativamente à intervenção do Estado na propriedade privada, julgue o item a seguir.

A desapropriação indireta consiste na expropriação da propriedade particular pelo Poder Público sem o devido processo legal administrativo e/ou judicial e o prazo prescricional da ação de desapropriação indireta é de 20 anos.

DIREITO URBANÍSTICO

Igor Maciel

96. O plano diretor, aprovado pela Assembleia Legislativa, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

97. A regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, é matéria afeta ao direito de propriedade e, como tal, não diz respeito ao direito urbanístico.

98. O Município que integra a região metropolitana deverá compatibilizar seu plano diretor com o plano de desenvolvimento urbano integrado da unidade territorial urbana.

99. A Lei nº 6.766/79 trata sobre o parcelamento do solo urbano. Em relação à referida lei, é correto afirmar que a sentença declaratória de falência ou da insolvência de qualquer das partes não rescindirá os contratos e compromisso de compra e venda ou de promessa de cessão que tenham por objeto a área loteada ou lotes desta.

100. A Lei nº 6.766/79 trata sobre o parcelamento do solo urbano. Em relação à referida lei, é correto afirmar que os lotes poderão ter dimensão a partir de 100m² (cem metros quadrados).

101. Em caso de execução do parcelamento do solo sem a observância dos requisitos legais, poderá o Estado respectivo o regularizar.

102. A regularização do loteamento ou desmembramento não autorizado é ato vinculado do Poder Público, tratando-se de um poder-dever.

103. Os municípios com mais de vinte mil habitantes podem legislar sobre ordenamento urbano em outras leis, que, se mais recentes, revogam tacitamente as normas do plano diretor.

104. A competência para legislar sobre direito urbanístico é da União, sendo residual em relação ao Município.

105. Em relação à política de desenvolvimento urbano e ao procedimento da desapropriação pelo Poder Público, julgue a afirmação a seguir:

Na ação de desapropriação por utilidade pública, o réu poderá alegar em reconvenção a impossibilidade de sua concretização.

106. Em relação à política de desenvolvimento urbano e ao procedimento da desapropriação pelo Poder Público, julgue a afirmação a seguir:

Apenas ocorrerá a desapropriação urbanística se o proprietário permanecer sem edificar, parcelar ou utilizar o imóvel.

107. O tombamento pode ocorrer tanto em sua forma voluntária como compulsória.

108. A lesão material ao patrimônio público é condição essencial para a propositura de ação popular e para o julgamento de seu mérito.

109. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, para que seja possível a execução de multa diária por descumprimento de obrigação fixada em medida liminar concedida em ação popular é preciso que tenha ocorrido o trânsito em julgado desta ação,.

110. Em relação à Lei nº 13.465/17, poderá ser empregada, no âmbito da REURB, a legitimação apenas de posse.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

111. A responsabilidade civil ambiental é objetiva, calcada na teoria da culpabilidade.

112. O órgão superior do SISNAMA é o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.

113. As obrigações previstas no código Florestal têm natureza real, mas não são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

114. Devido à importância ecológica das áreas de preservação permanente, é vedado o acesso de pessoas e animais às APP's para obtenção de água e para realização de atividades, mesmo que sejam de baixo impacto ambiental.

115. Aplica-se o princípio da prevenção quando os danos advindos de uma atividade ou empreendimento já são conhecidos e previstos.

116. O órgão central do Sistema Nacional de Unidades de Conservação é o Ministério do Meio ambiente.

117. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

118. A reserva da biosfera é uma unidade de conservação do grupo de proteção integral.

119. A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.

120. Está sujeito a outorga pelo Poder Público o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

121. O ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas ambientais a ele atribuídas, desde que o ente destinatário da delegação tenha essa previsão em sua legislação.

122. Compete ao Distrito Federal promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente.

123. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

124. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida agrária.

125. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis. A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

DIREITO PENAL

Ivan Marques

126. A culpabilidade exige a consciência da ilicitude, seja atual, seja ao menos potencial. Para a análise da consciência da ilicitude, não se exige o conhecimento técnico pelo agente. Basta, portanto, a chamada valoração paralela na esfera do profano.

127. O tipo penal do crime de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento, previsto no artigo 236 do Código Penal, é classificado como norma penal em branco imprópria ou homogênea homovitelinia.

128. João Eustáquio, procurador do Distrito Federal, deixa de mover execução fiscal, ato que deveria realizar de ofício, em razão de perceber que a devedora era Ana Rosa, o amor de sua vida. Deste modo, deve responder por prevaricação.

129. Paulo Rogério, querendo se apropriar de uma grande quantidade que Maria Argento recebeu em espécie, chama-a para um encontro logo após saber que ela estava com o dinheiro na bolsa. Maria Argento, que era declaradamente apaixonada por Paulo Rogério, aceita o convite. No bar, ele aplica um sonífero na bebida da moça e, quando ela adormece, subtrai todo o valor. Paulo Rogério cometeu furto mediante fraude.

130. Tadeu estava andando de *jet ski* com sua amada, Catarina, quando os dois veículos se chocaram e começaram a pegar fogo. Os dois começaram a nadar e, sem muita técnica, conseguiram encontrar uma única boia, pequena, flutuando, momento em que o amor acabou. Lutaram por aquela boia, o que levou

Tadeu a ser afastado da boia por Catarina, campeã de jiu-jitsu. Por isso, Tadeu morreu afogado. Quando chegou socorro, notaram que havia outra boia atrás de Catarina, sendo que ela e Tadeu não haviam notado.

Conforme a teoria limitada da culpabilidade, configura-se o erro de tipo permissivo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

131. Caso um processo que apura infração de menor potencial ofensivo seja encaminhado do juizado especial criminal para uma vara criminal comum, nesta o referido processo continuará adotando o mesmo rito, qual seja, o sumaríssimo.

Considere a seguinte situação hipotética na resolução das próximas duas assertivas: JOSÉ foi autuado em flagrante por furto de um telefone celular, bem como pela receptação de um aparelho de som. Autuação conjunta, aparentemente crimes conexos. O aparelho de som, guardado na casa do autuado, pertencia a MARIA e foi roubado uma semana antes, conforme boletim de ocorrência. O celular é de propriedade de FERNANDA e foi subtraído por JOSÉ uma hora antes da autuação.

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

132. Nesse caso, somente seria possível o flagrante pelo crime de furto e considerando que ambos os delitos caracterizam crimes contra o patrimônio, o próprio Delegado que lavrou o flagrante pode arbitrar fiança.

133. Por mais que necessária, mesmo que haja 'perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado' (art. 312 do CPP), ainda assim a prisão preventiva não poderia ser decretada se JOSÉ não fosse reincidente.

134. Na 'emendatio libelli' (art. 383 do CPP), o juiz, embora possa dar definição jurídica diversa aos fatos imputados, não pode aplicar uma pena que seja maior que aquela prevista para a classificação jurídica atribuída na denúncia, pelo promotor.

135. Art. 158-A. Cadeia de custódia é o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

136. Considere a seguinte hipótese: Eduardo e Mônica, casados sob o regime de comunhão parcial de bens são pais de gêmeos de três anos de idade.

Conforme a situação apresentada anteriormente, julgue o próximo item, de acordo com as disposições legais sobre direito de família.

Caso Eduardo, comprovadamente, deixe os gêmeos em abandono, ainda sim, não haverá a possibilidade de ato judicial determinar a perda do poder familiar do pai perante os filhos.

137. Considere a seguinte hipótese: Eduardo e Mônica, casados sob o regime de comunhão parcial de bens são pais de gêmeos de três anos de idade.

Conforme a situação apresentada anteriormente, julgue o próximo item, de acordo com as disposições legais sobre direito de família.

Caso Mônica receba um bem imóvel por meio de doação em seu favor, não haverá comunicação desse bem com o patrimônio do seu cônjuge.

138. Julgue o item a seguir, referente aos negócios jurídicos.

Em regra, o encargo em um negócio jurídico suspende o exercício ou a aquisição do direito.

139. Com base nas disposições do Código Civil acerca das pessoas jurídicas, julgue o item subsequente.

Verificado abuso de personalidade jurídica por confusão patrimonial ou desvio de finalidade, o juiz pode determinar a desconsideração da personalidade apenas por meio de requerimento do Ministério Público.

140. Acerca de obrigação alimentar e de tomada de decisão apoiada, julgue o item subsequente.

O ex-cônjuge devedor de alimentos ficará isento da obrigação alimentar constante da sentença de divórcio se caso contraia novas núpcias em um período não inferior a dois anos do divórcio anterior.

141. Considerando a previsão do Código Civil, julgue o item que se segue.

O pacto antenupcial por escritura pública é necessário ao casal que escolher o regime da comunhão universal, o da separação absoluta de bens ou o da participação final nos aquestos.

142. Considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o que se segue.

O poder judiciário brasileiro não detém competência para julgar ações relativas a imóveis que, situados no Brasil, sejam de propriedade de estrangeiros.

143. Julgue o item a seguir, acerca dos contratos no direito civil.

Considerando o princípio da boa-fé objetiva, o segurado deverá informar a ocorrência de sinistro ao segurador tão logo tomar conhecimento do fato, além de atuar no sentido de mitigar suas consequências do referido sinistro, sob pena de não subsistir a ele o direito à indenização.

144. Por necessidade de garantir o atendimento de sua filha - que estava necessitando de um leito de UTI - Ibanês assumiu obrigação excessivamente onerosa com o hospital. Posteriormente, ajuizou ação judicial requerendo a anulação do negócio jurídico por vício de consentimento.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte.

A anulação do referido negócio jurídico depende da demonstração de que o hospital tinha conhecimento da situação de grave risco vivenciada pela filha de Ibanês.

145. De acordo com o Código Civil, julgue o próximo item, acerca de classes de bens, associações, fundações, prova do fato jurídico e atos jurídicos.

No âmbito de uma associação, os associados não se submetem, reciprocamente, a direitos e obrigações.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

146. O atual modelo processual não consagrou exceções ao princípio da inércia da jurisdição, de modo que o processo deverá começar sempre por iniciativa da parte.

147. No que concerne ao direito intertemporal, o CPC estabeleceu que as ações ajuizadas sob o rito do procedimento sumário e que não tiveram sentença proferida até a entrada em vigor do novo código, deveriam ser extintas sem julgamento de mérito.

148. De acordo com o Código de Processo Civil, o ônus da impugnação específica não é aplicável à Fazenda Pública.

149. Caso o Distrito Federal esteja no polo passivo de uma demanda jurisdicional, sua citação deverá ser realizada, preferencialmente, por oficial de justiça.

150. A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

151. A sentença arbitral contra a Fazenda Pública está sujeita à remessa necessária.

152. No litígio coletivo pela posse de imóvel, os órgãos responsáveis pela política agrária e pela política urbana da União, de Estado ou do Distrito Federal e de Município onde se situe a área objeto do litígio deverão ser intimados para a audiência, a fim de se manifestarem sobre seu interesse no processo e sobre a existência de possibilidade de solução para o conflito possessório

153. A competência para processar e julgar demandas cíveis com pedidos ilíquidos contra massa falida, quando em litisconsórcio passivo com pessoa jurídica de direito público, é do juízo cível no qual for proposta a ação de conhecimento, competente para julgar ações contra a Fazenda Pública, de acordo as respectivas normas de organização judiciária.

154. Ao magistrado é vedado determinar o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, depois de já encerrada a fase de instrução.

Sobre as provas no processo civil, julgue as três assertivas a seguir:

155. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

156. Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 5 (cinco) para se manifestar.

157. De acordo com o STJ, se o juiz, de ofício, determinar a realização de perícia, a antecipação da remuneração do perito será rateada por ambas as partes.

158. De acordo com o STJ, a impenhorabilidade dos valores recebidos pelo beneficiário do seguro de vida limita-se ao montante de 40 (quarenta) salários mínimos, cabendo a constrição judicial da quantia que a exceder.

159. No procedimento de inventário, a existência de dívida para com a Fazenda Pública impede o julgamento da partilha.

No que se refere à exceção de pré-executividade, julgue os 02 itens que seguem:

160. É cabível remessa necessária no caso de sentença que julga procedente exceção de pré-executividade oposta pelo executado em execução fiscal.

161. Não há reexame necessário na sentença que extingue execução baseada no cancelamento da Certidão de Dívida Ativa.

162. De acordo com o STJ, a decisão interlocutória que majora a multa fixada para a hipótese de descumprimento de decisão antecipatória de tutela anteriormente proferida é recorrível por agravo de instrumento.

163. Ao editar o enunciado de súmula, os tribunais devem desconsiderar as circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.

164. O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.

165. Não se aplica a técnica de ampliação de julgamento prevista no art. 942 do Código de Processo Civil nos incidentes de assunção de competência, incidentes de resolução de demandas repetitivas e remessa necessária, apenas.

166. A execução no Brasil de decisão interlocutória estrangeira concessiva de medida de urgência dar-se-á por auxílio direto.

167. No que se refere aos princípios recursais, O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade, pelo que se exige que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos da decisão judicial atacada

Julgue os itens subsequentes a respeito da ação rescisória.

168. No CPC/2015, admite-se o ajuizamento de ação rescisória em face de decisão sem resolução de mérito.

169. A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

170. Na ação rescisória fundada em literal violação de lei, não cabe o reexame de toda a decisão rescindenda, para verificar se nela haveria outras violações à lei não alegadas pelo demandante, mesmo que se trate de questão de ordem pública.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

171. A respeito das sociedades limitadas, o sócio só poderá ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem não seja sócio se houver previsão nesse sentido no contrato social.

172. Nas sociedades limitadas, de acordo com as regras do Direito de Empresa, a responsabilidade dos sócios quanto às dívidas da empresa é limitada ao total do capital social desde que esteja totalmente integralizado.

173. A distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial previne a jurisdição para qualquer outro pedido de recuperação judicial ou de falência, relativo ao mesmo devedor.

174. A respeito das sociedades limitadas, na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

175. É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

176. A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.

177. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 1 (um) ano e que não tenha obtido concessão de recuperação judicial, há menos de 2 (dois) anos.

178. Nas sociedades limitadas, de acordo com as regras do Direito de Empresa, a responsabilidade dos sócios quanto às dívidas da empresa será distribuída em razão da solidariedade que existe entre os sócios.

179. No que se refere à pessoa jurídica de direito privado que tenha por objeto a prestação de serviços médicos com finalidade lucrativa, sob a forma de limitada, o administrador dessa pessoa jurídica deverá ser um de seus sócios.

180. De acordo com o Código Civil, a escolha de administrador não sócio de sociedade limitada com capital integralizado depende da aprovação da unanimidade dos sócios.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

181. Acerca do instituto do aviso-prévio, julgue o item a seguir:

(...) O empregador que tomar ciência de alguma conduta faltosa do empregado durante o aviso prévio, poderá converter sua dispensa imotivada em dispensa por justa causa, quando o empregado perderá o direito ao restante do respectivo período de aviso prévio.

182. Acerca do trabalho realizado por menor de 18 anos, e as regras dispostas na Consolidação das Leis do Trabalho, julgue o item a seguir:

O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização dos pais ou responsáveis, ao quais cabe comunicar ao Conselho Tutelar para verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral

183. No que diz respeito ao aprendiz, julgue o item:

O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese de ser pessoa com deficiência.

184. Com base na legislação vigente e na jurisprudência dominante do TST, acerca do grupo econômico, julgue o item a seguir:

A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.

185. Considerando o disposto na Lei n.º 13.467/2017, quanto ao teletrabalho, julgue o item a seguir:

O comparecimento do empregado às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a sua presença no estabelecimento descaracteriza por completo o regime de teletrabalho.

186. Em relação à duração do trabalho, aos períodos de descanso e ao trabalho noturno, conforme legislação trabalhista aplicável, julgue o item a seguir:

As variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de quinze minutos diários, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária.

187. A respeito do contrato individual de trabalho e de acordo com a legislação vigente, julgue o item a seguir:

Considera-se contrato de trabalho por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

188. Com relação a renúncia em matéria trabalhista, julgue o item a seguir:

Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles não tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro.

189. De acordo com as vigentes súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, julgue o item a seguir:

O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras, mas, durante as horas de sobreaviso, pelo fato de o empregado não se encontrar em condições de risco, é incabível a integração do referido adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.

190. Sobre a proteção ao trabalho da mulher e da maternidade, julgue o item a seguir:

Em caso de aborto não criminoso, a gestante terá direito a licença de 3 (três) semanas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

191. O direito processual comum será aplicado sempre que houver omissão no direito processual trabalhista.

192. Aos membros do Ministério Público do Trabalho, diversamente do que ocorre com a Magistratura do Trabalho, não há vedação legal para o exercício de atividade político-partidária, independente da data de ingresso na carreira.

193. É competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ação movida por servidor admitido mediante contrato administrativo por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público quando houver alegação de desvirtuamento da contratação.

194. Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

195. Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

196. No processo do trabalho, o jus postulandi das partes aplica-se ao processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo coletivo de trabalho.

197. Em se tratando de reclamação trabalhista com pedido de adicional de insalubridade, a realização de perícia será obrigatória diante da determinação legal do art. 195 da CLT, podendo, contudo, o julgador utilizar-se de outros meios de prova quando desativado o local de trabalho do reclamante ou encerrada a atividade da empresa.

198. É cabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento, desde que a decisão revele ofensa direta e literal de norma da Constituição.

199. Em relação ao recurso de revista, é correto afirmar:
Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o cabimento de recurso de revista restringe-se às hipóteses de violação direta da Constituição.

200. Em relação ao dissídio coletivo é correto afirmar:
(...). A sentença normativa vigorará a partir da data de sua prolação.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGDF-Procurador-04-07-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Cursos para o concurso da PGDF

Confira nossos cursos:

[**Curso para PGDF\(Procurador\)**](#)